

Artigo

Participação social na saúde bucal e seu papel nas políticas públicas: uma revisão integrativa de literatura

Social participation in oral health and its role in public policies: an integrative literature review

Participación social en la salud bucal y su papel en las políticas públicas: una revisión integrativa de la literatura

Noêmia Machado de Andrade¹

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Brasília, DF.

<https://orcid.org/0009-0007-3538-5122>

noemiaodonto@yahoo.com.br

Daphne Sarah Gomes Jacob Mendes²

Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF.

<https://orcid.org/0009-0006-3229-8923>

daphnesarah1997@gmail.com

Submissão em: 13/01/25

Revisão em: 16/05/25

Aprovação em: 16/05/25

Resumo

Objetivo: identificar e analisar a participação social em seu papel propulsor e orientador das políticas públicas de saúde bucal, por meio de uma revisão da literatura. **Metodologia:** tratou-se de uma revisão integrativa de literatura. Para a busca dos artigos desta revisão utilizou-se como ferramenta as bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, *Scientific Electronic Library Online*, *PubMed* e Portal de Periódicos da Capes. Foram incluídos artigos em português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra, publicados no período de janeiro de 2019 a setembro de 2024. **Resultados:** a presente revisão selecionou um total de 24 estudos que atenderam integralmente aos critérios de inclusão estabelecidos. A participação ativa da comunidade mostrou-se essencial na formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às demandas reais da população. A adoção de tecnologias digitais emergiu como uma estratégia promissora para fortalecer a comunicação entre governo e sociedade. Os países ainda possuem experiências distintas no cuidado em saúde bucal, mas, sobretudo, há consenso para a necessidade de ampliar o acesso e a qualidade dos serviços prestados em saúde bucal. **Conclusão:** a participação social exerce um papel central na formulação, no monitoramento e na defesa de políticas públicas voltadas à saúde bucal, sendo essencial para garantir o acesso universal e de qualidade ao cuidado. O processo é marcado por avanços e desafios, o que reforça a importância de que novos estudos se aprofundem na temática, contribuindo para o fortalecimento das práticas participativas e para a efetividade das políticas de saúde.

Palavras-chave: Participação Social; Saúde Bucal; Política de Saúde; Revisão de Literatura.

Abstract

Objective: to identify and analyze social participation in its driving and guiding role in public oral health policies, through a literature review. **Methodology:** this was an integrative literature review.

¹ Graduada em Odontologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. Cirurgiã-dentista, Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil.

² Mestra em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Pesquisadora Colaboradora do Programa de Direito Sanitário e Assistente Editorial do CIADS, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF, Brasil.

For the article search, the databases of the Virtual Health Library, Scientific Electronic Library Online, PubMed, and the CAPES Journals Portal were used as tools. Articles in Portuguese, English, and Spanish, available in full, published from January 2019 to September 2024, were included. **Results:** This review selected a total of 24 studies that fully met the established inclusion criteria. Active community participation proved essential in formulating more effective public policies aligned with the real needs of the population. The adoption of digital technologies emerged as a promising strategy to strengthen communication between government and society. Countries still have distinct experiences in oral health care, but there is a general consensus on the need to expand access and improve the quality of oral health services. **Conclusion:** social participation plays a central role in the formulation, monitoring, and advocacy of public policies aimed at oral health, being essential to ensure universal and quality access to care. The process is marked by progress and challenges, which reinforces the importance of further studies on the subject, contributing to the strengthening of participatory practices and the effectiveness of health policies.

Keywords: Social Participation; Oral Health; Health Policy; Literature Review.

Resumen

Objetivo: identificar y analizar la participación social en su papel impulsor y orientador de las políticas públicas de salud bucal, mediante una revisión de la literatura. **Metodología:** se trató de una revisión integrativa de la literatura. Para la búsqueda de artículos se utilizaron como herramientas las bases de datos de la Biblioteca Virtual en Salud, *Scientific Electronic Library Online*, *PubMed* y el Portal de Periódicos de Capes. Se incluyeron artículos en portugués, inglés y español, disponibles en texto completo, publicados entre enero de 2019 y septiembre de 2024. **Resultados:** Esta revisión seleccionó un total de 24 estudios que cumplieron íntegramente con los criterios de inclusión establecidos. La participación activa de la comunidad se mostró esencial en la formulación de políticas públicas más eficaces y alineadas con las necesidades reales de la población. La adopción de tecnologías digitales surgió como una estrategia prometedora para fortalecer la comunicación entre el gobierno y la sociedad. Los países aún presentan experiencias distintas en el cuidado de la salud bucal, pero hay consenso sobre la necesidad de ampliar el acceso y mejorar la calidad de los servicios de salud bucal. **Conclusión:** la participación social desempeña un papel central en la formulación, el monitoreo y la defensa de políticas públicas orientadas a la salud bucal, siendo esencial para garantizar un acceso universal y de calidad al cuidado. El proceso está marcado por avances y desafíos, lo que refuerza la importancia de que nuevos estudios profundicen en el tema, contribuyendo al fortalecimiento de las prácticas participativas y a la efectividad de las políticas de salud.

Palabras clave: Participación Social; Salud Bucal; Política de Salud; Revisión de la Literatura.

Introdução

A participação social representa a expressão plural de vozes que se articulam em busca de mudanças que beneficiam a sociedade e transformam a vida dos sujeitos. Além disso, a participação social envolve o realizar, o controle e fiscalização das decisões políticas pautadas na democracia⁽¹⁾. Mais do que a escolha de representantes, trata-se de um processo ativo que envolve interação, diálogo e a disputa de sentidos nos espaços de deliberação⁽²⁾.

A dinâmica participativa torna-se ainda mais significativa quando integrada à atuação do Estado na formulação, implementação e gestão de políticas públicas. Nessas circunstâncias, a participação social assume um papel estratégico na construção de políticas pautadas nas demandas sociais, ao contribuir para o reconhecimento das desigualdades estruturais que atravessam os diferentes territórios⁽³⁾.

Nesse contexto, uma pauta emergente na formulação de políticas públicas é a saúde bucal, como elemento indissociável da saúde geral dos sujeitos, estando intimamente relacionada ao bem-estar e à

qualidade de vida. A saúde bucal não é apenas a presença de dentes saudáveis, ao contrário, envolve o funcionamento pleno das funções estruturais da vida, como a fala, o sorriso, o beijo, o paladar, a mastigação, a deglutição, entre outras. O acometimento de doenças nessa região pode afetar e comprometer significativamente a vida cotidiana dos indivíduos, ocasionando impactos psicossociais relevantes⁽⁴⁾.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que 45% da população mundial sofre com a carga de doenças bucais que, apesar de serem preveníveis, ainda apresentam alta prevalência. A cárie dentária é uma das condições mais comuns, afetando cerca de 2,3 bilhões de pessoas em dentes permanentes e mais de 530 milhões de crianças em dentes decíduos. Já a doença periodontal grave, por suas complicações clínicas que podem levar à perda total dos dentes (edentulismo) ou à perda dentária severa (de 1 a 9 dentes remanescentes), impacta diretamente na saúde integral e interfere negativamente na funcionalidade oral, na autoestima e nas interações sociais dos indivíduos⁽⁵⁾.

Dados da *International Agency for Research on Cancer* revelam que os cânceres de lábio e cavidade oral estão entre os 15 tipos de câncer mais comuns do mundo e, em alguns países como a Índia, Sri Lanka e o Paquistão, representam a principal causa de morte entre os homens⁽⁶⁾.

Este cenário reflete múltiplas fragilidades e desigualdades sociais e econômicas. O acesso limitado aos serviços odontológicos e o financiamento público insuficiente para ações de prevenção e tratamento comprometem a equidade na promoção de saúde bucal, sobretudo entre populações vulneráveis⁽⁷⁾. Países em baixo grau de desenvolvimento sofrem de forma ainda mais acentuada os impactos dessa desigualdade, uma vez que a determinação da pobreza enfraquece um cuidado ampliado aos problemas bucais dos sujeitos que são historicamente inseridos em condições de desfavorecimento social⁽⁸⁾.

Expressando uma preocupação global com este panorama, representantes dos Estados-membros da OMS formularam, em 2024, a Declaração de Bangkok⁽⁹⁾. Esse documento, reconhece que ainda é necessário avançar no fortalecimento da saúde bucal e priorizar o acesso equitativo a serviços odontológicos⁽¹⁰⁾.

O enfrentamento das doenças e desigualdades em saúde bucal exige a construção de políticas públicas intersetoriais, inclusivas e sustentáveis. Para tanto, a articulação de diferentes esferas do poder público, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, representantes das indústrias e movimentos sociais, faz-se indispensável para promover transformações no contexto da saúde bucal⁽¹¹⁾.

Deste modo, este estudo objetiva identificar e analisar a participação social em seu papel propulsor e orientador das políticas públicas de saúde bucal, por meio de uma revisão da literatura.

Metodologia

Tratou-se de uma revisão integrativa de literatura que percorreu as seis fases propostas por Ganong⁽¹²⁾, quais sejam: elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados; apresentação da revisão integrativa.

A pergunta norteadora deste estudo consistiu em: como a participação social desempenha seu papel propulsor e orientador nas políticas públicas de saúde bucal?

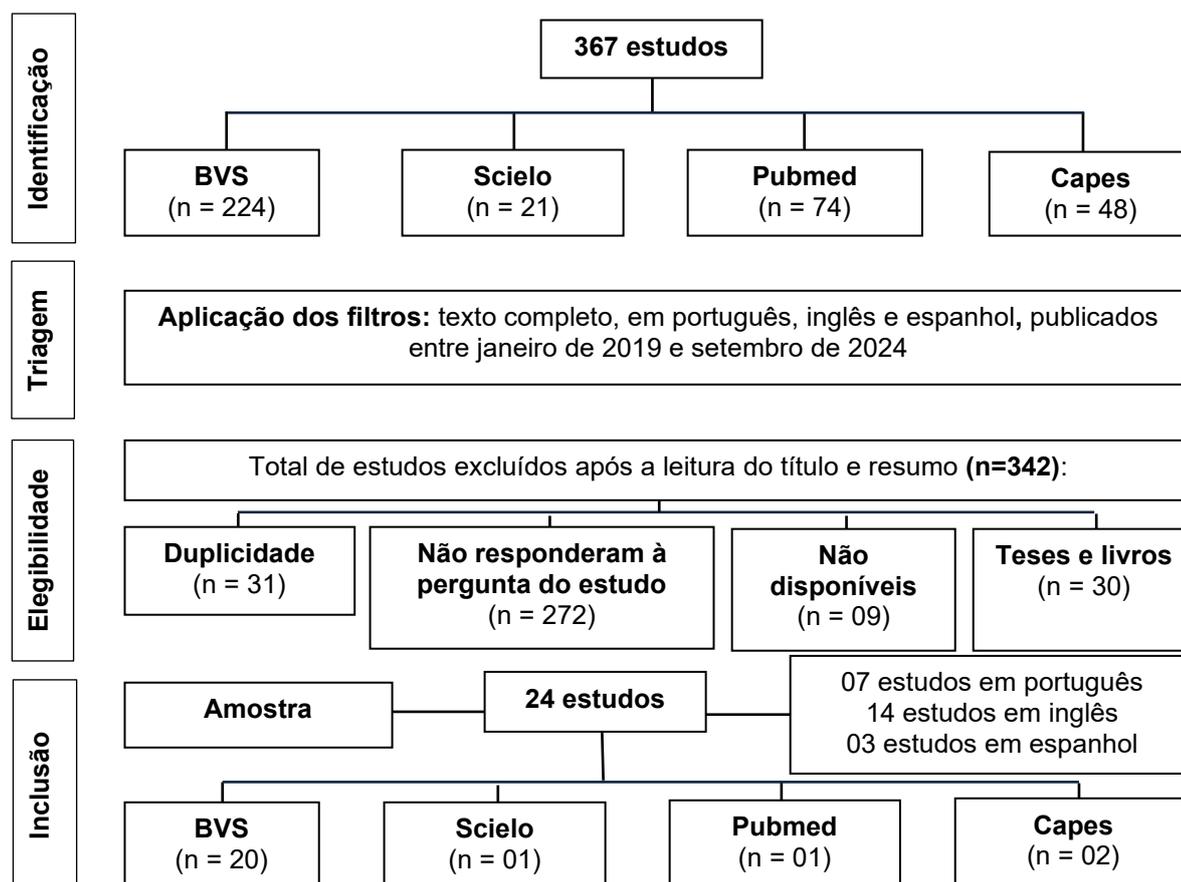
Para a busca dos artigos desta revisão, utilizou-se como ferramenta as bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *PubMed* (Medline)

e Portal de Periódicos da Capes. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram: “participação social”, “participação da comunidade”, “saúde bucal”, “odontologia em saúde pública”, “política pública” e seus respectivos termos em inglês e espanhol, conectados pelos operadores booleanos. As buscas foram efetuadas nos dias 28 e 29 de setembro de 2024.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos em português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra, publicados no período de janeiro de 2019 a setembro de 2024. Foram excluídas as publicações em duplicidade, capítulos de livro, teses, dissertações e estudos que não tratassem o termo “participação” dentro do escopo da saúde bucal adotado neste estudo.

A figura 1 detalha as fases percorridas para seleção e elegibilidade dos estudos selecionados. Todas as etapas foram documentadas e organizadas em uma pasta de trabalho, utilizando o programa *Microsoft® Excel®* (versão 2409).

Figura 1. Fluxograma relativo ao processo de busca a partir das bases de dados e uso dos descritores



Fonte: elaboração das autoras.

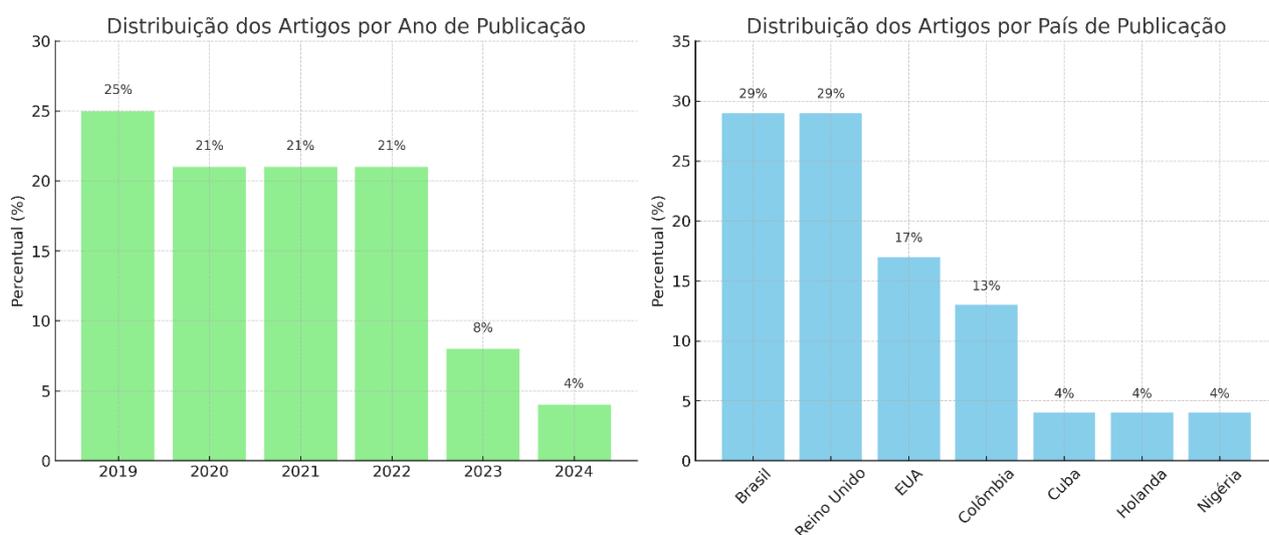
Por se tratar de um estudo bibliográfico, foi dispensada a apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 510/2016.

Resultados e discussão

A presente revisão selecionou um total de 24 estudos que atenderam integralmente aos critérios de inclusão estabelecidos. Quanto à distribuição temporal e geográfica das publicações, conforme detalhado na Figura 2, observa-se que o ano de 2019 concentrou o maior número de estudos, sendo o Brasil e Reino Unido os países com a maior quantidade de publicações.

O Brasil foi tratado como tema central em cerca de 40% destas publicações, veiculadas tanto em periódicos nacionais como estrangeiros. Este resultado pode estar relacionado com o percentual de coautores brasileiros presentes nas publicações analisadas (45%).

Figura 2. Dados analíticos dos estudos selecionados na revisão



Fonte: elaboração das autoras.

Sobre as abordagens metodológicas adotadas nos estudos, foram verificados estudos descritivos (46%), exploratórios (25%), pesquisas documentais (21%) e relatos de caso (8%). O Quadro 1 apresenta as principais características dos artigos analisados.

Quadro 1. Detalhamento dos estudos selecionados como amostra.

Título	Autores	País/ano de publicação	País/região como assunto	Revista	Objetivo
1 How Should We Evaluate and Use Evidence to Improve Population Oral Health? (13)	Brocklehurst PR, Baker SR, Listl S, Peres MA, Tsakos G, Rycroft-Malone J	EUA, 2019	Nível global	Dental Clinics of North America	Questionar a adoção acrílica do paradigma baseado em evidências para intervenções destinadas a melhorar a saúde bucal em nível populacional.

2	Percepção sobre saúde bucal e recomendações para melhoria do serviço público odontológico ⁽¹⁴⁾	Moimaz SA, Ayach C, Lofego L, Garbin C, Saliba O	Brasil, 2019	Brasil	Journal of Health Sciences	Avaliar a percepção do usuário sobre sua própria condição de saúde bucal e o nível de satisfação com os serviços odontológicos prestados na rede pública de atenção primária no Brasil.
3	La salud bucal en la República Argentina. Análisis del sector ⁽¹⁵⁾	González y Rivas M	Colômbia, 2019	Argentina	Universitas Odontologica	Refletir sobre as políticas de saúde bucal na Argentina, sua pertinência e relevância no contexto nacional do sistema de saúde, sua legislação vigente e seus antecedentes epidemiológicos.
4	Política nacional de saúde bucal brasileira “Brasil Sorridente”: um resgate da história, aprendizados e futuro ⁽¹⁶⁾	Cayetano MH, Carrer FC, Gabriel M, Martins FC, Pucca Jr. GA	Colômbia, 2019	Brasil	Universitas Odontologica	Compartilhar a experiência do caso da política pública de saúde bucal “Brasil Sorridente” e promover a reflexão em torno da inserção da saúde bucal nos sistemas de saúde, com especial interesse nos países da América Latina.
5	User satisfaction with public oral health services in the Brazilian Unified Health System ⁽¹⁷⁾	Amorim LD, Senna MI, Alencar GP, Rodrigues LG, Paula JS, Ferreira RC	Reino Unido, 2019	Brasil	BMC Oral Health	Investigar as diferenças na satisfação dos usuários com os serviços de saúde bucal ofertados na atenção primária no Brasil.

6	Engaging a state medical society in oral health: a community action report (18)	Bannon AL, Silk HJ	EUA, 2019	EUA	Journal of Public Health Dentistry	Descrever os projetos desenvolvidos pelo Comitê de Saúde Bucal, criado para integrar a saúde bucal à agenda de saúde pública da Comunidade do Massachusetts nos EUA.
7	Salud bucal colectiva en Colombia: un campo en Construcción (19)	Borrero CM, Maldonado LM	Colômbia, 2020	Colômbia	Revista Facultad Nacional de Salud Pública	Caracterizar o processo de construção do campo social da saúde bucal coletiva na Colômbia e interpretar as publicações sobre saúde bucal na Colômbia, à luz dos desenvolvimentos que o Brasil teve, identificando os avanços e desafios do país nesse campo.
8	Decurso histórico das políticas de fluoretação como estratégia de enfrentamento à cárie dentária no Poder Legislativo brasileiro, de 1963 a 2019 (20)	Rossi TR, Moreira LG, Barros SG	Brasil, 2020	Brasil	Cadernos de Saúde Pública	Analisar o decurso histórico dos processos legislativos sobre a fluoretação no Brasil, adotada como estratégia de enfrentamento da cárie dentária.
9	Uso da ouvidoria como ferramenta de gestão dos serviços odontológicos	Lira GD, Monteiro ID, Tavares MC	Brasil, 2020	Brasil	Tempus – Actas de Saúde Coletiva	Analisar o perfil dos demandantes e tipo de demandas recebidas pela ouvidoria do SUS em Recife e como esse instrumento

	no município do Recife ⁽²¹⁾					é utilizado para gestão dos serviços odontológicos.
10	The role of patient and public involvement in oral health and HIV/AIDS research, practice and policy ⁽²²⁾	Mahendra VS, Ranauta A, Yuvraj A, Santella AJ, Taslim A, Doughty J	Reino Unido, 2020	Nível global	Oral Diseases	Discutir maneiras pelas quais, a participação de pacientes e do público em geral, poderia ser mais incentivada nas pesquisas de saúde bucal destinadas às pessoas que vivem com HIV.
11	Medical crowdfunding in a healthcare system with universal coverage: an exploratory study ⁽²³⁾	Lublóy Á	Reino Unido, 2020	Alemanha	BMC Public Health	Mapear as necessidades de saúde não atendidas pelo sistema de saúde público universal da Alemanha, por meio da análise de dados fornecidos pelas plataformas virtuais de doações e financiamento coletivo para despesas médicas.
12	Living, collective and political organisms for construction of the attributes of the National Oral Health Policy ⁽²⁴⁾	Bulgarelli AF	Brasil, 2021	Brasil	Revista Gaúcha de Odontologia	Aproximar o leitor dos atributos necessários para a construção de uma política social e analisar os eixos estruturantes da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB).
13	Planes, políticas públicas y estrategias de salud bucal en Latinoamérica y el Caribe (1991-2018) ⁽²⁵⁾	León-Quenguan JM, Tibaná-Guisao AE, Cardona-Hincapié JD, Correa-Jaramillo LM, Agudelo-Suárez AA	Cuba, 2021	América Latina e Caribe	Revista Cubana de Estomatología	Descrever as principais características dos documentos relacionados a planos, políticas e estratégias em saúde bucal na América Latina e no Caribe.

14	Oral Health Stakeholders: A Time for Alignment and Action ⁽²⁶⁾	Ticku S, Barrow J, Fuccillo R, McDonough JE	Reino Unido, 2021	EUA	The Milbank Quarterly	Analisar a evolução da política de saúde bucal nos EUA nos últimos 20 anos e destacar a união das partes interessadas para exigir ação.
15	O acesso à informação em saúde bucal nos portais eletrônicos: o empoderamento do usuário nos municípios ⁽²⁷⁾	Nascimento CC, Moimaz SA, Saliba TA, Saliba NA	Brasil, 2021	Brasil	Revista Saúde e Desenvolvimento Humano	Avaliar o acesso à informação em saúde bucal através de algumas páginas municipais, quanto à funcionalidade, acessibilidade e interatividade proporcionadas por estes portais.
16	Dental Therapists in the United States. Health Equity, Advancing ⁽²⁸⁾	Mertz E, Kottek A, Werts M, Langelier M, Surdu S, Moore J	EUA, 2021	EUA	Medical Care	Analisar o movimento da terapia dental comunitária nos EUA e descrever os fatores que o impulsionaram como uma inovação na força de trabalho em saúde bucal.
17	Establishing the research agenda for oral healthcare using the Dialogue Model-patient involvement in a joint research agenda with practitioners ⁽²⁹⁾	van der Wouden P, Hilverda F, van der Heijden G, Shemesh H, Pittens C	Holanda, 2022	Europa	The European Journal of Oral Sciences	Desenvolver uma agenda de pesquisa única para a saúde bucal, que contemple concomitantemente, as prioridades na perspectiva dos pacientes e dos profissionais de odontologia.
18	Access to oral care is a human rights issue: a community action report from the Downtown	Jozaghi E, Vandu, Maynard R, Khoshnoudian Y, Brondani MA	Reino Unido, 2022	Canadá	BMC - Harm Reduction Journal	Relatar como a falta de atendimento público em saúde bucal afeta os cidadãos mais vulneráveis no bairro Downtown

	Eastside of Vancouver, Canadá ⁽³⁰⁾					Eastside de Vancouver, no Canadá. Analisar a atuação de organizações sem fins lucrativos na luta pela ampliação do acesso.
19	Strengthening the oral health system in Nigeria: A health systems building block approach ⁽³¹⁾	Amedari MI, Ogunbodede EO, Uti OG, Aborisade AO, Amedari IK	Nigéria, 2022	Nigéria	Nigerian Postgraduate Medical Journal	Descrever e analisar as etapas de construção do sistema público de saúde bucal na Nigéria e o papel que a comunidade desempenha no fortalecimento desse sistema.
20	Necessidade e urgência de revisão da regulamentação brasileira sobre dentifrícios fluoretados, e o posicionamento da Academia Brasileira de Odontologia ⁽³²⁾	Caldarelli PG, Pinheiro LL, Cury JA	Brasil, 2022	Brasil	Rio de Janeiro Dental Journal (CRO – RJ)	Demonstrar a necessidade e urgência de revisão da atual regulamentação brasileira sobre dentifrícios fluoretados e registrar o posicionamento da Academia Brasileira de Odontologia.
21	Avanços e limitações das redes sociais como estratégia de comunicação no Sistema Único de Saúde ⁽³³⁾	Costa SG, Pedrosa MM, Santos JS, Amorim JG, Noro LR	Brasil, 2022	Brasil	Revista da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO)	Analisar a utilização das redes sociais como estratégia de comunicação entre governo e a população no desenvolvimento de ações em saúde bucal.
22	Regulation of dental consultations in primary health care and performance of services in dental	Silva BC, Buzinaro GS, Cabral JA, Da Cunha IP, Lacerda VR, Bomfim RA	Reino Unido, 2023	Brasil	BMC Health Services Research	Analisar se a regulação das consultas para os Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), realizada apenas pela

	speciality centers ⁽³⁴⁾					Atenção Primária à Saúde (APS), é entendida pelo usuário como a melhor alternativa na gestão do cuidado.
23	Evidence-Informed Oral Health Policy Making: Opportunities and Challenges ⁽³⁵⁾	Listl S, Baltussen R, Carrasco-Labra A, Carrer FC, Lavis JN	EUA, 2023	Nível global	Journal of Dental Research	Destacar os avanços recentes na formulação de políticas baseadas em evidências e como estas podem impulsionar mudanças positivas no campo da saúde bucal.
24	Pressing issues for oral care quality improvement: findings from the EU DELIVER Project ⁽³⁶⁾	Melo P, Frey-Furtado L, Correia D, Listl S, Lorenz M, Bostanci N, et al.	Reino Unido, 2024	Europa	BMC Public Health	Descrever a colaboração entre diversos países da União Europeia, motivada pela necessidade de ações sinérgicas entre cidadãos, profissionais de saúde e formuladores de políticas, no enfrentamento de questões prioritárias em saúde bucal.

Fonte: elaboração das autoras.

Stefan Listl, em suas pesquisas^(13,35,36), aborda criticamente os limites do uso tradicional da medicina baseada em evidências nas políticas de saúde bucal, defendendo a importância de considerar o contexto social, econômico e institucional onde as políticas serão implementadas e sugere a utilização de metodologias mais amplas e realistas. Seus estudos também destacaram a necessidade de coprodução do conhecimento entre pesquisadores, gestores, profissionais e cidadãos, fortalecendo assim a articulação entre ciência e formulação de políticas públicas.

De acordo com essa perspectiva, Listl e colaboradores⁽³⁵⁾ e Wouden *et al.*⁽²⁹⁾ convergem em suas pesquisas e analisam que é crucial que formuladores de políticas, pesquisadores, financiadores, profissionais de saúde e indivíduos abracem o paradigma inovador das evidências e fortaleçam a ponte entre pesquisa e tomada de decisão. Os autores consideram que ao dar voz e garantir a participação de diferentes atores envolvidos, amplia-se a usabilidade dos resultados e, conseqüentemente, o impacto e

o valor da pesquisa. Ao primar pelas necessidades levantadas especialmente por usuários e profissionais de saúde, contemplam problemas *in loco*, frequentemente negligenciados pelos governantes.

Mahendra e colaboradores⁽²²⁾ buscaram novas formas de ampliar o envolvimento dos pacientes e da comunidade com as pesquisas em saúde bucal voltadas a pessoas que vivem com HIV. Os autores ressaltaram que a participação ativa destes sujeitos como parceiros na pesquisa científica tem ganhado relevância, sendo considerada fundamental para assegurar que suas experiências e necessidades sejam incorporadas nas práticas de pesquisa em saúde bucal e HIV.

Brocklehurst e outros⁽¹³⁾, por sua vez, advertiram que os usuários de evidências não devem se comportar como receptores passivos ou apenas sujeitos nas pesquisas. Para os autores, a participação ativa dos indivíduos deve acontecer já nas etapas iniciais e seguir por todo o processo científico, possibilitando a visão do que funciona, para quem, por que e em quais circunstâncias é realizado. O participar e compreender todo o processo de formulação e implementação, especialmente em contextos mais complexos, se traduz como o principal desafio a ser superado, devendo ser considerado desde a concepção da pesquisa. A participação ativa e consciente de todo esse processo, faz-se necessário na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas de saúde.

Amedari *et al.*⁽³¹⁾ analisaram o papel que a participação da comunidade desempenha na expansão da força de trabalho como parte do processo de construção e fortalecimento do sistema público de saúde bucal na Nigéria - país mais populoso do continente africano, marcado por desigualdades, em que mais da metade da população vive abaixo da linha de pobreza. Os autores destacam que a participação da comunidade garante a sustentabilidade das mudanças necessárias, mas, a expansão da força de trabalho em saúde bucal ainda é imperativa e que novas alternativas devem ser exploradas para ampliação do acesso e maior disponibilidade dos serviços de saúde bucal. É preciso fortalecer a política nacional de saúde bucal com maiores investimentos por parte do governo e que este faça a otimização dos gastos gerais com saúde e fomenta a criação de um sistema de informação que forneça dados epidemiológicos confiáveis a comunidade.

Na Europa, Melo e colaboradores⁽³⁶⁾ desenvolveram sua pesquisa na estrutura do projeto *Deliver*, destacando a colaboração entre cidadãos, profissionais de saúde e formuladores de políticas públicas. Financiado pelo programa *Horizon Europe* da União Europeia, que visa fortalecer a pesquisa na região e apoiar a colaboração internacional, o projeto *Deliver* busca desenvolver um modelo de referência para melhorar a qualidade dos cuidados bucais para todos. A primeira etapa do projeto *Deliver* ocorreu na cidade do Porto, em Portugal, já as etapas seguintes foram realizadas online, tendo a tecnologia como fator facilitador, incluindo a participação de um grupo de *stakeholders* junto aos demais envolvidos com a finalidade de pactuar as necessidades mais urgentes e ainda elaborar uma lista consensual de prioridades, que promova a melhoria da qualidade dos cuidados bucais nos níveis de prática, comunidade e políticas públicas. Os autores revelaram diferenças significativas nas prioridades nos diferentes níveis, com o acesso emergindo como questão de destaque, abrangendo também questões relacionadas aos custos e disponibilidade dos serviços em saúde bucal e concluíram que a participação social por meio da colaboração entre todas as partes interessadas aumenta a capacidade de resposta e promove a melhoria na qualidade dos serviços.

A atuação de organizações sem fins lucrativos foi o objeto de estudo de Jozaghi e outros⁽³⁰⁾, os quais, buscaram compreender o funcionamento das organizações *Vancouver Area Network of Drug*

Users e PHS Community Services Society, localizadas em um bairro da periferia de Vancouver, no Canadá. Focadas em oferecer cuidados a usuários de drogas e a pessoas em situação de rua, respectivamente, as organizações os representam nos espaços de decisão e evidenciam os problemas enfrentados por esses grupos como a falta de atendimento público em saúde bucal. A ausência de conhecimento por parte dos profissionais de saúde bucal da forma de interagir e garantir um cuidado odontológico compassivo, colaborativo, acessível e de baixo custo são fragilidades evidenciadas no estudo, pois essas pessoas não possuem seguro saúde e ainda enfrentam o estigma e a discriminação por sua situação. Segundo os autores, entre as principais reivindicações, pede-se a criação de um plano nacional público de saúde bucal, que oportunize acesso às pessoas marginalizadas e mudanças nos processos formativos de futuros profissionais em saúde bucal sobre determinantes sociais de saúde, cuidado centrado na pessoa, segurança cultural e redução do estigma e discriminação.

Nessa linha, Bannon e Silk⁽¹⁸⁾ descreveram a criação de um Comitê Especial de Saúde Bucal, com caráter de força tarefa e financiado pelo governo do estado de Massachusetts, visando promover ações de saúde bucal e integrando-as às iniciativas destinadas a melhorar a saúde pública. Com isso, segundo os autores do estudo, a Sociedade Médica de Massachusetts tornou-se a única no país a possuir um comitê focado em saúde bucal. Composto por médicos de família e comunidade, geriatras, cirurgiões dentistas e representantes de diversas organizações da sociedade civil, este comitê procurou explorar as oportunidades de colaboração entre todos os segmentos envolvidos, o que revelou o reconhecimento por parte da comunidade médica, da estreita relação entre a saúde bucal e a saúde geral, além da necessidade de se engajar na promoção da saúde bucal junto com os demais setores. A participação social ocorreu de forma mais representativa e diversificada, ampliando o impacto dos projetos desenvolvidos pelo comitê.

Lublóy⁽²³⁾ analisou dados obtidos através de uma pesquisa exploratória e coleta de dados de 380 programas de financiamento médico coletivo na Alemanha. O autor buscou identificar as condições, doenças e distúrbios mais comuns que levaram os indivíduos a recorrerem aos programas de financiamento médico coletivo e avaliar o tipo e o tamanho das despesas relacionadas à saúde que os indivíduos buscam custear com estes programas. Embora não estejam listadas entre as principais causas de incapacidade no mundo, a saúde bucal frequentemente apareceu entre as razões que levaram os indivíduos a recorrerem ao financiamento médico coletivo. Estas plataformas se mostraram como uma alternativa a ser explorada no processo de incorporação de novas terapias e tecnologias no sistema público de saúde, dada a participação e reivindicações dos indivíduos.

Mertz *et al.*⁽²⁸⁾ e Ticku *et al.*⁽²⁶⁾ compartilharam o entendimento sobre a importância do movimento da terapia dental comunitária, adotado desde 2005 em 13 estados americanos e em várias tribos indígenas, como uma estratégia para a solução dos problemas locais e ampliação do acesso. O movimento, que treina membros da própria comunidade para atuarem como terapeutas dentais comunitários, tem facilitado o acesso à assistência odontológica, especialmente em áreas remotas ou rurais e tribos indígenas. Os autores reforçaram os argumentos a favor da expansão deste movimento nos Estados Unidos da América (EUA), a partir da coalizão de diversas partes interessadas que lutam por reformas políticas e regulamentação dessa prática.

León-Quenguan e colaboradores⁽²⁵⁾ descreveram e analisaram documentos relacionados a planos, políticas e estratégias em saúde bucal nos países que compõe a América Latina e o Caribe. Eles revelaram uma representação significativa de países com planos e programas nacionais ou locais, embora isso, por si só, não tenha garantido melhora nos indicadores epidemiológicos dos países

analisados. Os autores afirmaram que é necessário fortalecer a participação intersetorial e abordar amplamente os determinantes sociais da saúde, sendo que as políticas públicas precisam ser acompanhadas por estudos científicos robustos e direcionadas por dados continuamente atualizados que permitam caracterizar o cenário epidemiológico da saúde bucal na região.

Nessa linha, Morales BC *et al.*⁽¹⁹⁾ e González y Rivas M.⁽¹⁵⁾, analisaram o caminho percorrido pela Colômbia e Argentina, respectivamente, na busca pela consolidação da saúde bucal como política de Estado. Ambos os estudos destacaram a necessidade de abordagens interdisciplinares e da integração de diferentes setores para garantir a efetividade das políticas públicas. Os autores refletiram de forma semelhante sobre a influência de fatores econômicos, sociais e políticos na estruturação da saúde bucal coletiva e a importância do envolvimento da comunidade. Apesar das convergências, os desafios enfrentados em cada país apresentaram particularidades. Na Colômbia, o estudo evidenciou como a trajetória do sistema de saúde, influenciada por uma lógica neoliberal, limita a universalização da saúde bucal. Já na Argentina, o foco esteve no enfrentamento de desafios históricos como a fragmentação entre os níveis de governo e a ausência de leis eficazes que garantam financiamento e sustentabilidade para a saúde bucal na agenda pública.

Essas reflexões sobre os desafios enfrentados por Colômbia e Argentina se conectam à experiência brasileira apresentada por Cayetano e colaboradores⁽¹⁶⁾, que relata a criação da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), conhecida como “Brasil Sorridente”, ao tempo que analisa a incorporação da saúde bucal nos sistemas de saúde, com foco especial nos países da América Latina. Os autores destacaram que a formulação de políticas públicas exige a articulação de diversos atores e depende da criação de mecanismos favoráveis à sua implementação. Enfatizaram ainda o papel central da participação social, inserida no *framework* “3i”, que compreende instituições, ideias e interesses como elementos estruturantes do processo político.

A participação social em saúde bucal no Brasil, desde a redemocratização iniciada com o fim do regime autoritário em 1964 e a promulgação da Constituição de 1988, percorre um caminho de reconhecimento e luta. O relatório final da 3.^a Conferência Nacional de Saúde Bucal⁽³⁷⁾, realizada em 2004, foi reconhecido como instrumento legítimo e democrático, sustentado pela ampla participação social, e passou a ser documento orientador das políticas públicas em saúde bucal, além de reafirmar a saúde bucal como um direito de todos e dever do Estado. Em continuidade ao processo de consolidação da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) como política de Estado, o Projeto de Lei nº 8.131/2017⁽³⁸⁾ foi sancionado, gerando a Lei nº 14.572/2023⁽³⁹⁾, incorporando oficialmente a saúde bucal ao marco legal do SUS.

Bulgarelli⁽²⁴⁾ ressalta que a cidadania, enquanto dimensão política dos sujeitos, se constrói nas relações sociais que orientam as práticas do Estado em saúde. Os significados de saúde, doença e cuidado são historicamente construídos e, nesse contexto, a participação social emerge como expressão concreta da cidadania. Na PNSB brasileira, essa cidadania se manifesta por meio da democratização do cuidado e da representação dos usuários nos conselhos de saúde, reforçando a gestão participativa e a legitimidade do vínculo entre usuários e serviços. Assim, a PNSB configura-se como uma política social construída coletivamente, com base nos princípios de equidade, participação e direito à saúde.

Considerando a operacionalização da PNSB neste cenário, Silva e colaboradores⁽³⁴⁾ buscaram compreender o desempenho da Atenção Primária à Saúde (APS) na regulação de encaminhamentos para os demais níveis, como ordenadora do cuidado integral em saúde bucal e porta de entrada dos usuários no sistema. Os dados revelaram que, especialmente na área de saúde bucal, esse arranjo é

essencial para melhorar o desempenho dos serviços, garantindo facilidade no acesso, acolhimento, vínculo e responsabilidade, além de fortalecer a participação social.

Amorim *et al.*⁽¹⁷⁾ e Moimaz *et al.*⁽¹⁴⁾ destacaram, em seus estudos, a importância de compreender e avaliar a satisfação dos usuários com os serviços odontológicos prestados na rede pública de saúde bucal no âmbito da atenção básica no Brasil e avaliaram como o cuidado odontológico era oferecido, a fim de repensar as práticas profissionais ou intervir na forma de organização dos serviços. Os autores elucidaram que a participação e a percepção dos usuários é uma importante ferramenta de gestão, orienta o planejamento em saúde, contribui para a melhoria da qualidade dos serviços e para a viabilidade de políticas de promoção, prevenção e recuperação da saúde.

Reforçando esta temática Lira, Monteiro e Tavares⁽²¹⁾ realizaram um estudo com o objetivo de compreender o fluxo das demandas relacionadas à saúde bucal encaminhadas à Ouvidoria do SUS em Recife, capital de Pernambuco, analisando o perfil dos solicitantes, o conteúdo das manifestações e o uso desse canal como apoio à gestão dos serviços odontológicos no município. A pesquisa revelou falhas na comunicação e na articulação entre a ouvidoria e os gestores da área, além de apontar que esse instrumento ainda é pouco utilizado pela população, o que limita seu potencial como ferramenta de apoio à gestão em saúde bucal.

Costa e colaboradores⁽³³⁾ em estudo desenvolvido no município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, analisaram a complexidade do cenário vivenciado recentemente na pandemia da Covid-19, especialmente pelas equipes de saúde bucal, ao buscarem novos arranjos nos processos de trabalho para a continuidade dos cuidados odontológicos. Os autores afirmaram que a criação e utilização de canais de comunicação em portais governamentais e aplicativos de redes sociais configurou-se como estratégia eficaz de aproximação entre as equipes de saúde bucal e usuários e deve ser vista como uma evolução da política de comunicação em saúde.

Em contribuição Moimaz, Saliba e Saliba⁽²⁷⁾, analisaram o acesso às informações sobre saúde bucal por meio da avaliação de sites de 26 municípios do estado de São Paulo, consideraram aspectos como acessibilidade e usabilidade; o conteúdo informativo disponibilizado aos cidadãos; mecanismos de controle social sobre a gestão e; o nível de interatividade e engajamento dos usuários. O estudo revelou que o uso de dados públicos ainda é limitado e as informações em saúde bucal disponíveis nos sites analisados eram insuficientes para garantir uma participação social efetiva. Os autores reforçaram que as informações sobre saúde bucal devem ser claras, acessíveis e compreensíveis a todos os cidadãos, possibilitando sua apropriação e uso.

Rossi, Moreira e Barros⁽²⁰⁾ analisaram os processos legislativos dos anos de 1963 a 2019 que tratavam sobre a política de fluoretação das águas de abastecimento, água mineral e fluoretação do sal no Brasil. Os autores elucidaram as distintas tomadas de posições e aspectos envolvidos no campo político, assim como a disputa entre os métodos de fluoretação, destacando a importância dos métodos de fluoretação sistêmica como estratégia de enfrentamento para a cárie dentária, um dos problemas bucais mais prevalentes.

Dentro dessa perspectiva, Caldarelli, Pinheiro e Cury⁽³²⁾ apontaram a necessidade urgente de revisão da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 530/2021⁽⁴⁰⁾ da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que regula os dentifrícios fluoretados no Brasil. Segundo os autores, a norma desconsidera evidências científicas consolidadas ao priorizar apenas o limite máximo de fluoreto total — que não deve ultrapassar 0,15% (1500 ppm F) — sem levar em conta a qualidade e a biodisponibilidade do fluoreto, fatores essenciais para sua eficácia na prevenção da cárie. Destacaram

que a norma desconsidera o quanto desse fluoreto total deveria estar quimicamente solúvel durante o período de dois anos entre a fabricação e o vencimento do produto, incluindo o tempo de armazenamento, o que pode afetar significativamente sua ação.

Conclusão

Os estudos analisados evidenciam que a participação social desempenha um papel central na formulação, monitoramento e defesa de políticas públicas direcionadas a saúde bucal como um direito humano fundamental, intrinsecamente ligado à saúde geral e à dignidade das pessoas. Avanços e desafios fazem parte desse processo, e, sobretudo, deve-se primar por mecanismos que promovam o empoderamento dos indivíduos e ampliem sua influência nos processos decisórios, com o engajamento contínuo.

A preocupação e fomento à saúde bucal pelos países deve ser parte sempre presente na agenda de políticas públicas, em especial dos países em que sua população vivencia em maior grau situações de vulnerabilidade. A cooperação técnica entre os países, instituições e organismos internacionais pode elevar o status da saúde bucal com a criação de uma agenda própria e mais fortalecida globalmente. Ao mesmo tempo, é preciso primar pela equidade como princípio orientador das políticas públicas, assegurando que grupos historicamente marginalizados tenham voz ativa e acesso efetivo às ações e serviços de saúde bucal.

Como posto, o Brasil representa uma liderança no cenário mundial quando o assunto é a participação social e, na saúde bucal, desempenha um papel propulsor nas políticas públicas. Sobretudo, desafios ainda precisam ser enfrentados para o constante fortalecimento dessa participação e no reconhecimento de sua força por toda a sociedade.

Ademais, recomenda-se que novos estudos se debrucem sobre essa temática, a fim de elucidar e discutir experiências bem-sucedidas de participação social na formulação e implementação de políticas públicas de saúde bucal, contribuindo para o fortalecimento de práticas mais democráticas e transformadoras para os sujeitos.

Conflito de interesses

As autoras declaram que não há conflito de interesses.

Contribuição dos autores

De Andrade NM contribuiu para a concepção/desenho do artigo, análise e interpretação de dados, redação do artigo, revisão crítica de seu conteúdo e aprovação da versão final. Mendes DSGJ contribuiu para a concepção/desenho do artigo, análise e interpretação de dados, redação do artigo, revisão crítica de seu conteúdo e aprovação da versão final.

Equipe editorial

Editora científica: Alves SMC

Editor assistente: Cunha JRA

Editores associados: Lamy M, Ramos E

Editor executivo: Teles G

Assistentes editoriais: Rocha DSS, Costa JRC, Mendes DSGJ, Rodrigues MESN

Revisora de texto: Barcelos M

Referências

1. Dacombe R, Parvin P. Participatory Democracy in an Age of Inequality. *Journal of Representative Democracy* [Internet]. 05 jun. 2021 [citado em 04 abr. 2025]; 57(2),145-157. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00344893.2021.1933151>
2. Perez OC, Santos GG. A produção acadêmica sobre participação social no Brasil: trajetória e agendas de pesquisa. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)* [Internet]. 20 set. 2019 [citado em 07 abr. 2025]; (90):1-22.

Disponível em:

<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/488>

3. Milani CR. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública* [Internet]. Mai./jun. 2008 [citado em 07 abr. 2025]; 42(3):551-579. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300006>

4. Petersen PE. The World Oral Health Report 2003: continuous improvement of oral health in the 21st century--the approach of the WHO Global Oral Health Programme. *Community Dentistry and Oral Epidemiology* [Internet]. Dez. 2003 [citado em 07 abr. 2025]; 31(Suppl.1):3-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1046/j.2003.com122.x>

5. Kassebaum NJ, Smith AG, Bernabé E, Fleming TD, Reynolds AE, Vos T, et al. Global, Regional, and National Prevalence, Incidence, and Disability-Adjusted Life Years for Oral Conditions for 195 Countries, 1990-2015: A Systematic Analysis for the Global Burden of Diseases, Injuries, and Risk Factors. *Journal of Dental Research* [Internet]. 01 fev. 2017 [citado em 07 abr. 2025]; 96(4):380-387. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022034517693566>

6. Bray F, Ferlay J, Soerjomataram I, Siegel RL, Torre LA, Jemal, A. Global cancer statistics 2018: GLOBOCAN estimates of incidence and mortality worldwide for 36 cancers in 185 countries. *CA Cancer Journal of Clinicians* [Internet]. 12 set. 2018 [citado em 07 abr. 2025]; 68:394-424. Disponível em: <https://doi.org/10.3322/caac.21492>

7. Peres MA, Macpherson LM, Weyant RJ, Daly B, Venturelli R, Mathur MR et al. Oral diseases: a global public health challenge. *The Lancet* [Internet]. 20 jul. 2019 [citado em 07 abr. 2025]; 394(10194):249-260. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)31146-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)31146-8)

8. Passos JS, Araújo TM, Gomes IS, Cruz SS. Condições de vida e saúde bucal: uma abordagem teórico-conceitual das desigualdades sociais. *Revista Baiana Saúde Pública* [Internet]. 2011 [citado em 07 abr. 2025]; 35(Supl. 1):138-150. Disponível em: <https://rbps.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/152/147>

9. World Health Organization. Bangkok Declaration – No Health Without Oral Health. Bangkok, Tailândia: World Health Organization [Internet]. 29 nov. 2024 [citado em 07 abr. 2025]. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/bangkok-declaration---no-health-without-oral-health>

10. World Health Organization. Draft Global Oral Health Action Plan (2023–2030). Geneva: World Health Organization; 152ª session of the Executive

Board 2023 [Internet]. 2022 [citado em 07 abr. 2025]. Disponível em:

[https://www.who.int/publications/m/item/draft-global-oral-health-action-plan-\(2023-2030\)](https://www.who.int/publications/m/item/draft-global-oral-health-action-plan-(2023-2030))

11. Mathur MR, Bhosale AS, Abel SN, Fisher J, Listl S, Carrasco-Labra A, et al. Envisioning sustainable oral health through effective advocacy. *BMC Global and Public Health* [Internet]. 19 fev. 2025 [citado em 07 abr. 2025]; 3(15):1-5. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s44263-025-00133-1>

12. Ganong LH. Integrative reviews of nursing research. *Research in Nursing and Health* [Internet]. 1987 [citado em 13 dez. 2024]; 10(1):1-11. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/nur.4770100103>

13. Brocklehurst PR, Baker SR, Listl S, Peres MA, Tsakos G, Rycroft-Malone J. How Should We Evaluate and Use Evidence to Improve Population Oral Health? *Dental Clinics of North America* [Internet]. 2019 [citado em 28 set. 2024]; 63(1):145-56. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cden.2018.08.009>

14. Moimaz SA, Ayach C, Lofego L, Garbin C, Saliba O. Perception on Oral Health and Recommendations for Improvement of Public Service Dental. *Journal of Health Sciences* [Internet]. 2019 [citado em 28 set. 2024]; 30;21(1):65. Disponível em: <https://journalhealthscience.pgsscogna.com.br/JHealthSci/article/view/6461>

15. González y Rivas M. La salud bucal en la República Argentina. Análisis del sector. *Univ Odontol.* [Internet]. Jan.-jun. 2019 [citado em 28 set. 2024]; 38(80):1-34. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.uo38-80.sbra>

16. Cayetano MH, Carrer FC, Gabriel M, Martins FC, Pucca Jr. GA. Política Nacional de Saúde Bucal Brasileira (Brasil Sorridente): Um resgate da história, aprendizados e futuro. *Univ Odontol.* [Internet]. 2019 [citado em 29 set. 2024]; 38(80):1-23. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.uo38-80.pnsb>

17. Amorim LD, Senna MI, Alencar GP, Rodrigues LG, Paula JS, Ferreira RC. User satisfaction with public oral health services in the Brazilian Unified Health System. *BMC Oral Health* [Internet]. 25 jun. 2019 [citado em 29 set. 2024]; 19(1):2-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12903-019-0803-8>

18. Bannon AL, Silk HJ. Engaging a state medical society in oral health: a community action report. *J Public Health Dent* [Internet]. 2019 [citado em 28 set. 2024]; 79(4):320-3. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jphd.12333>

19. Morales BC, Maldonado LA. Salud bucal colectiva en Colombia: un campo en construcción. *Rev Fac Nac Salud Pública* [Internet]. Mar. 2020 [citado em 29 set. 2024]; 20;38(2):1-11. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/fnsp/article/view/335716>

20. Rossi TR, Moreira LG, Barros SG. Decurso histórico das políticas de fluoretação como estratégia de enfrentamento à cárie dentária no Poder Legislativo brasileiro, de 1963 a 2019. *Cadernos de Saúde Pública* [Internet]. 30 abr. 2020 [citado em 29 set. 2024]; 36(4). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/7BqgmskCH5x5XFyXv6crHKz/?lang=pt>
21. Lira GD, Monteiro ID, Tavares MC. Uso da ouvidoria como ferramenta de gestão dos serviços odontológicos no município do Recife. *Tempus – Actas Saúde Coletiva* [Internet]. 3 jul. 2020 [citado em 28 set. 2024]; 13(3):43-59. Disponível em: <https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/2644>
22. Mahendra VS, Ranauta A, Yuvraj A, Santella AJ, Taslim A, Doughty J. The role of patient and public involvement in oral health and HIV/AIDS research, practice and policy. *Oral Diseases* [Internet]. 30 ago. 2020 [citado em 29 set. 2024]; 26(S1):117-22. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/odi.13584>
23. Lubl6y é. Medical crowdfunding in a healthcare system with universal coverage: an exploratory study. *BMC Public Health* [Internet]. 9 nov. 2020 [citado em 28 set. 2024]; 20(1). Disponível em: <https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-020-09693-3>
24. Bulgarelli AF. Living, collective and political organisms for construction of the attributes of the National Oral Health Policy. *RGO - Revista Ga6ucha de Odontologia* [Internet]. 2021 [citado em 28 set. 2024]; 69:1-5. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-86372021000100701&tlng=en
25. Le6n-Quenguan JM, Tiban-Guisao AE, Cardona-Hincapié JD, Correa-Jaramillo LM, Agudelo-Suárez AA. Planes, políticas públicas y estrategias de salud bucal en Latinoamérica y el Caribe (1991-2018). *Rev. Cubana Estomatol.* [Internet]. Jun 2021 [citado em 29 set. 2024]; 58(2):1-13. Disponível em: <https://revestomatologia.sld.cu/index.php/est/article/view/3175>
26. Ticku S, Barrow J, Fuccillo R, McDonough JE. Oral Health Stakeholders: A Time for Alignment and Action. *Milbank Quarterly* [Internet]. 29 jun. 2021 [citado em 29 set. 2024]; 99(4):882-903. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-0009.12525>
27. Nascimento CC, Moimaz SA, Saliba TA, Saliba NA. O acesso  informação em saúde bucal nos portais eletrônicos: o empoderamento do usuário nos municípios. *Saúde e Desenvolvimento Humano* [Internet]. 2 jul. 2021 [citado em 29 set. 2024]; 9(2):1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/sdh.v9i2.7735>
28. Mertz E, Kottek A, Werts M, Langelier M, Surdu S, Moore J. Dental Therapists in the United States: Health Equity, Advancing. *Medical Care* [Internet]. 1 out. 2021 [citado em 28 set. 2024]; 59(10):441-48. Disponível em: https://journals.lww.com/lww-medicalcare/Fulltext/2021/10001/Dental_Therapists_in_the_United_States_Health.8.aspx
29. Van der Wouden P, Hilverda F, Van der Heijden G, Shemesh H, Pittens C. Establishing the research agenda for oral healthcare using the Dialogue Model - patient involvement in a joint research agenda with practitioners. *European Journal Oral Sciences* [Internet]. 2022 [citado em 28 set. 2024]; 130:1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/eos.12842>
30. Jozaghi E, Vandu, Maynard R, Khoshnoudian Y, Brondani MA. Access to oral care is a human rights issue: a community action report from the Downtown Eastside of Vancouver, Canada. *Harm Reduction Journal* [Internet]. 2022 [citado em 29 set. 2024]; 19(1):19-42. Disponível em: <https://harmreductionjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12954-022-00626-4>
31. Amedari MI, Ogunbodede EO, Uti OG, Aborisode AO, Amedari IK. Strengthening the Oral Health System in Nigeria: A Health Systems Building Block Approach. *Nigerian Postgraduate Medical Journal* [Internet]. 2022 [citado em 29 set. 2024]; 29(3):173-82. Disponível em: https://journals.lww.com/10.4103/npmj.npmj_127_22
32. Caldarelli PG, Pinheiro LL, Cury JA. Necessidade e urgência de revisão da regulamento brasileira sobre dentifrios fluoretados, e posicionamento da academia brasileira de odontologia. *Revista Científica do CRO-RJ* [Internet]. 1 jan. 2022 [citado em 29 set. 2024]; 7(2):3-8. Disponível em: <https://revcientifica.cro-rj.org.br/revista/article/view/302>
33. Costa SG, Pedrosa MM, Santos JS, Amorim JG, Noro LR. Avanços e limitações das redes sociais como estratégia de comunicação no Sistema nico de Saúde: relato de experiências em Unidades de Saúde da Família. *Revista da ABENO* [Internet]. 13 dez. 2022 [citado em 28 set. 2024]; 22(2):1656-66. Disponível em: <https://doi.org/10.30979/revabeno.v22i2.1656>
34. Silva BC, Buzinaro GS, Cabral JA, Da Cunha IP, Lacerda VR, Bomfim RA. Regulation of dental consultations in primary health care and performance of services in dental speciality centers. *BMC Health Services Research* [Internet]. 9 jun. 2023 [citado em 29 set. 2024]; 23(1):1-7. Disponível em: <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12913-023-09597-z>
35. Listl S, Baltussen R, Carrasco-Labra A, Carrer FC, Lavis JN. Evidence-Informed Oral Health Policy Making: Opportunities and Challenges. *Journal of Dental Research* [Internet]. 10 ago. 2023 [citado em 29 set. 2024]; 102(12):1293-1302. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00220345231187828>

36. Melo P, Frey-Furtado L, Correia D, Listl S, Lorenz M, Bostanci N, et al. Pressing issues for oral care quality improvement: findings from the EU DELIVER project. *BMC Public Health* [Internet]. 12 ago. 2024 [citado em 28 set. 2024]; 24(1):1-9. Disponível em: <https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-024-19707-z>

37. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal: acesso e qualidade superando exclusão social, Brasília, DF, de 29 de julho a 1.º de agosto de 2004. Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde; 2005 [citado em 29 set. 2024]. 148 p. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/relatorio-da-3a-conferencia-nacional-de-saude-bucal/view>

38. Brasil. Projeto de Lei nº 8.131/2017, de 2017. Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS. Brasília: Câmara

dos Deputados. 2017 [citado em 29 set. 2024]. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2146110>

39. Brasil. Lei n.º 14.572, de 08 de maio de 2023. Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS. Brasília: Presidência da República. 2023 [citado em 29 set. 2024]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114572.htm

40. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 530, de 4 de agosto de 2021. Brasília: Diário Oficial da União. 11 ago. 2021 [citado em 07 abr. 2025];151(Seção I). Disponível em: https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/5284308/rdc_530_2021_.pdf/9af17f17-eb62-425d-b04f-bb6acf429400

Como citar

De Andrade NM, Mendes DSGJ. Participação social na saúde bucal e seu papel nas políticas públicas: uma revisão integrativa de literatura. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*. 2025 abr./jun.;14(2):92-110.

<https://doi.org/10.17566/ciads.v14i2.1322>

Copyright

(c) 2025 Noêmia Machado de Andrade, Daphne Sarah Gomes Jacob Mendes.

